



Ilustríssimos Membros da Comissão Permanente de Licitação
Secretaria de Gestão, Inovação e Tecnologia
Prefeitura Municipal de Saquarema, RJ.
Chamamento Público n. 003/2023 – Processo n. 11363/2023

Prezados Senhores:

A **CASA BRASIL** – ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO DA CULTURA, DESPORTO, EDUCAÇÃO E SAÚDE, anteriormente denominada “Associação brasileira de divulgação e promoção do turismo, artes, cinema, rádio, televisão, internet, da cultura, educação, esportes, ciências tecnológicas, ciências médicas, meio-ambiente, agricultura e dos valores regionais, comerciais e industriais da nação brasileira, no Brasil e no exterior - Casa Brasil”, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 04.887.737/0001-29 e constituída como associação civil sem fins lucrativos, com sede à SBN Quadra 1 Bloco F - Ed. Palácio da Agricultura - 17o andar Brasília-DF - CEP: 70040-908, detentora de filial à Estrada dos Bandeirantes, n. 10.875, BLC 1 GLP 10, Camorim, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22783-116, inscrita no CNPJ/MF sob o número 04.887.737/0002-00, aqui representada por seu **Diretor-Presidente, Sr. Fabio Corrêa de Oliveira**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no RG da IPF/RJ sob o n. 08530649-6 e no CPF/MF sob o n. 042.575.087-60, **E-mail contato.casabrasil.ofc@gmail.com** e **Telefone +55 (11) 999 803 685**, vem apresentar, nos termos da legislação vigente, as pertinentes

CONTRARRAZÕES em RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da Ata de Análise de Habilitação inerente ao Chamamento Público n. 003/2023 – Processo n. 11363/2023, para:

- a) **Contestar as alegações feitas contra a CASA BRASIL no tocante a aspectos documentais** para provar a **improcedência jurídica das alegações** de falha na apresentação de documentos dessa entidade no contexto do aludido chamamento público feitas pelo Instituto IBAM, qualificado no referido processo;
- b) **de modo voluntário**, buscando contribuir para que a Comissão Permanente de Licitação cumpra o **princípio constitucional da “razoável duração do processo” administrativo com “meios que garantam a celeridade em sua tramitação”** (Art. 5º, LXXVIII, CF), **oferecer documentos adicionais**, comprometendo-se, ainda, a juntar quaisquer outros documentos ou prestar esclarecimentos que, legalmente, possam vir a ser exigidos quando dos preparativos para a **celebração da parceria mediante termo de colaboração**, agindo, ademais, em obediência aos **princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade, eficiência e legalidade administrativas** (art. 37, *caput*, CF), bem como aos **princípios legais da vinculação ao instrumento**



convocatório e da proteção à competitividade do certame licitatório (art. 3º, *caput* e § 1º, Lei n. 8.666/1993; art. 2º, XII, Lei n. 13.019/2014), pelas razões que expressa:

I – IMPROCEDÊNCIA JURÍDICA DAS ALEGAÇÕES DE FALTA DE DOCUMENTOS DA CASA BRASIL

1. Conforme “Ata de Certame - Continuidade com Resultados da Análise de Habilitação”, que proclama provisoriamente o resultado inerente ao Chamamento Público n. 003/2023 – Processo n. 11363/2023, da Prefeitura Municipal de Saquarema, RJ, lavrada em decorrência de reunião da pertinente Comissão Permanente de Licitação, deve a CASA BRASIL – vencedora do chamamento público com 20 pontos – responder às **alegações do Instituto IBAN**, que obteve exatos 17 pontos no certame, assim expressas:

“o **estatuto social** apresentado pelo INSTITUTO CASA BRASIL **não está registrado em cartório (RCPJ)**, assim como **não apresentou as certidões municipais** da matriz e da filial em relação a **certidão de dívida ativa da união e verbas previdenciárias** não juntou documentos relativos à filial [sic]; que **não apresentou cópia de documento** que comprove que o proponente funciona no endereço por ela declarado, **como conta de consumo ou contrato de locação**”.
(Grifei)

2. Sem prejuízo da necessária abordagem da legislação pátria vigente, adiante-se que, de modo juridicamente adequado, o **Edital do Chamamento Público n. 003/2023** – Processo n. 11363/2023, da Prefeitura Municipal de Saquarema, RJ, ao tratar da “**Fase da Seleção**” da melhor proposta (Capítulo 6), afirma, em sua **Cláusula 6.3**:

Conforme exposto adiante, **a verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria** (art. 33 e 34 da Lei no 13.019, de 2014) e **a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria** (art. 39 da Lei 13.019, de 2017) é **posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas**, sendo **exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) mais bem classificada** – nos termos do art. 28 da Lei no 13.019, de 2014. (Grifei)

Deste modo, **não procedem as alegações feitas contra a CASA BRASIL, devendo serem sumária e totalmente rejeitadas por expressa previsão do Edital**, instrumento convocatório que, por seu conteúdo normativo e condições, vincula à Administração Pública e os licitantes de modo absoluto, nos termos da legislação pátria vigente, como se verá, sendo, ademais, absolutamente proibido aos agentes públicos agir em ofensa ao **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, bem como infringir o **princípio da proteção à competitividade** do certame licitatório (art. 3º, *caput* e § 1º, Lei n. 8.666/1993; art. 2º, XII, Lei n. 13.019/2014) para



concretização dos **princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e eficiência administrativas** (art. 37, *caput*, CF).

3. O Direito brasileiro trata da questão em destaque e acima expressa. Nesse sentido, tem-se o conteúdo cogente da Constituição Federal e aqueles da Lei n. 8.666/1993 (atual Norma Geral de Licitações e Contratos) e da Lei n. 13.019/2014 (MROSC), que é a específica e, pois, prevalentemente aplicável ao caso.

3.1 **Constituição Federal** (CF) impõe que todos os órgãos da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal obedeçam aos **princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência** (art. 37, *caput*). Vale dizer, os atos administrativos devem estar em harmonia com aqueles princípios. Igualmente, a Constituição Federal outorga competência à União para legislar sobre “normas gerais de licitações e contratos, em todas as modalidades” (art. 22, XXVII).

3.2 A **Lei n. 8.666/1993**, que em sua maior parte tem vigência até dezembro de 2023, traz as **normas gerais de licitações e contratos**, devendo-se destacar:

a) sua **justificativa para a exigência de qualquer modalidade de disputa licitatória**, fundada na **garantia da “observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável”** (art. 3º, *caput*);

b) a previsão de que qualquer modalidade de licitação que deverá ser “**processada e julgada em estrita conformidade** com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**” (Edital) e “do **julgamento objetivo**” (art. 3º, *caput*).

Em outras palavras, o Edital é que rege a disputa licitatória e o julgamento das propostas deve ocorrer com base nos critérios objetivos nele colocados. Tal foi o que, acertadamente, se deu no tocante ao Edital do Chamamento Público n. 003/2023 – Processo n. 11363/2023, da Prefeitura Municipal de Saquarema, RJ. Ademais, mesmo que o desejasse, a Administração Pública municipal **não poderia “descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”** (art. 41, *caput*), sob pena de responsabilização dos agentes públicos.

3.3 A **Lei n. 13.019/2014**, em harmonia com a Constituição Federal e a Lei que traz as normas gerais de licitações e contratos (Lei n. 8.666/1993), **dispõe especificamente sobre as parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil**, normatizando especialmente o **chamamento público**, que é “procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil” a fim de “firmar **parceria** por meio de **termo de colaboração** ou de fomento”, em que “se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**” e “do **julgamento objetivo**” (art. 2º, XII).

A Lei n. 13.019/2014 expressa que o Edital é obrigado a veicular um conteúdo mínimo (art. 24, § 1º) no qual não estão elencados quaisquer dos elementos aludidos



pela pretensa solicitação de impugnação. Pelo contrário, esta **lei proíbe a frustração da competitividade** afirmando que é “vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria” (art. 24, § 2º).

No mesmo sentido, a Lei n. 13.019/2014 reforça sua vontade ao prever expressamente a **necessidade de aferição**, pelos agentes públicos municipais, de prova de existência jurídica, funcionamento efetivo e regularidade tributária e fiscal **tão somente para a celebração da parceria**, a ser firmada pela Administração Pública **com a entidade que já tenha sido declarada em definitivo vencedora do chamamento público** (art. 34, *caput*). Ora, como se vê, essa fase ainda não chegou e, por conseguinte, a entidade vencedora, a **CASA BRASIL**, **apenas deverá apresentar os alegados documentos faltantes** quando da futura **celebração da parceria** mediante **termo de colaboração**. Impões, pois, a **rejeição da impugnação pretendido contra a vencedora, a CASA BRASIL**.

II – DA VOLUNTÁRIA JUNTADA DE DOCUMENTOS ADICIONAIS INEXIGÍVEIS NESTA FASE DA DISPUTA PELA CASA BRASIL

1. Embora o Edital não requeira a juntada de documentos adicionais nessa fase do chamamento público e esteja em harmonia com a legislação pátria, voluntariamente, pode a CASA BRASIL juntar novos documentos, em atenção à Comissão e para auxiliar a esta no cumprimento do princípio constitucional da celeridade nos atos do processo administrativo para que este tenha duração razoável temporalmente, uma vez que assim dispõe a Constituição Federal (Art. 5º, LXXVIII):

a todos, **no âmbito judicial e administrativo**, são **assegurados a razoável duração do processo** e os **meios** que garantam a **celeridade de sua tramitação**. (Grifei)

2. **A juntada de documentos adicionais**, permitida pela Comissão pertinente, está em consonância com os **princípios constitucionais da eficiência e legalidade administrativas** (art. 37, *caput*, CF), bem como, porque voluntária e posterior à declaração do vencedor do Chamamento Público n. 003/2023 – Processo n. 11363/2023, não ofende os **princípios legais da vinculação ao instrumento convocatório e proteção à competitividade** do certame licitatório (art. 3º, *caput* e § 1º, Lei n. 8.666/1993; art. 2º, XII, Lei n. 13.019/2014).

III – DO PEDIDO

1. Ante o exposto, solicita-se à Ilustre Comissão Permanente de Licitação:
 - a) a **declaração de total improcedência do pedido de impugnação intentada contra a proposta da CASA BRASIL**, ante o disposto no Edital (Cláusula 6.3) e na legislação pátria, em especial as Leis n. 8.666/1993 (arts. 3º e 41) e 13.019/2014



(arts. 2º, XII; 24 e 34), comprometendo-se esta Organização da Sociedade Civil a fazer adicional juntada dos **documentos listados em anexo** e prestar quaisquer esclarecimentos que, obedecidos os comandos legais, vierem a ser exigidos, *quando do momento preparatório para a celebração da parceria* com a Prefeitura do Município de Saquarema, RJ, mediante o pertinente Termo de Colaboração;

- b) a aceitação, pela Egrégia Comissão, da **juntada voluntária dos documentos adicionais listados em anexo** que reforçam a comprovação de *sua existência jurídica, pleno funcionamento e regularidade tributária e fiscal*.
2. A CASA BRASIL requer seja **confirmada**, logo, **declarada em definitivo**, a **vitória de sua proposta**, consideradas a **combinação da melhor técnica e preço com a maior eficiência administrativa e a mais eficaz e ampla “contrapartida social”**, com a decorrente **habilitação e contratação** pelo Prefeitura Municipal de Saquarema.

Saquarema, 15 de outubro de 2023.

Termos em que,
Pede Deferimento,

Fabio Correa de Oliveira

Diretor Presidente da **CASA BRASIL**

+55 11 999 803 685 | contato.casabrasil.ofc@gmail.com



ROL DE DOCUMENTOS ADICIONAIS DA CASA BRASIL
Sobre a comprovação de sua existência jurídica e pleno funcionamento

1. Estatuto registrado RCPJ
2. Contrato de sublocação - Matriz
3. Termo de cessão de espaço – Filial
4. Conta de consumo – Comprovante de residência - Filial
5. Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS,CNEP e CEPIM) – Casa Brasil
6. Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS,CNEP e CEPIM) – Dirigente
7. Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PAD) - Dirigente
8. Certidão de situação fiscal do ISS – Filial
9. Relatório de situação fiscal
10. Certificado OSCIP

Saquarema, 15 de outubro de 2023.

Termos em que,
Pede Deferimento,

Fabio Correa de Oliveira

Diretor Presidente da **CASA BRASIL**

+55 11 999 803 685 | contato.casabrasil.ofc@gmail.com